

AFINZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. (atual denominação da Sorocred Instituição de Pagamento S.A.) - CNPJ/MF nº 60.114.865/0001-00

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

continuação...	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Desp. proc. de dados - execução de serviços	(222)	(478)	(982)
Tarifa de processamento da bandeira	(164)	(215)	(27)
Despesas bancárias	(22)	(43)	(24)
Pessoal especializado	(10)	(10)	-
Certificado digital	(3)	(3)	-
Desp. processamento de dados	-	(16)	-
Total	(41.599)	(90.909)	(27.477)

(a) Refere-se a despesas com a bandeira Visa.
(b) Refere-se a despesa com parceria.
18. Outras despesas administrativas

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesa de serviços de operação de crédito Banco (a)	(13.567)	(29.379)	-
Despesas Bancárias (b)	(10.325)	(26.005)	(2.547)
Comunicações	(649)	(1.727)	(993)
Bônus	(388)	(386)	-
Serviços especializados (c)	(387)	(1.256)	(4.981)
IDF	(304)	(998)	(253)
Contribuição associativa	(294)	(544)	(247)
Diretoria e Conselho de Administração	(153)	(324)	(321)
Aluguéis	(36)	(61)	(204)
Viagens e estadias	(15)	(28)	-
Serviços de terceiros	(5)	(10)	(4)
Depreciação e amortização	(1)	(2)	(2)
Outras provisões	-	(12)	-
Processamento de dados	-	-	(6)
Outras despesas administrativas	(2.232)	(4.466)	(1.591)
Total	(28.356)	(65.200)	(11.149)

(a) Refere-se a tarifas de concessão de crédito;
(b) Refere-se a tarifas de cobrança;
(c) Refere-se a Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento de Software.
19. Resultado de Investimentos em Controladas

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de Ajustes em Investimentos - Banco Afinz	37.820	38.846	-
(-) Despesas de Ajustes em Investimentos - Banco Afinz	(30.469)	(93.323)	(44.118)
Total	7.351	(54.477)	(44.118)

20. Outras receitas operacionais

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reclassificação de encargos e despesas	20.339	20.374	-
Juros mútuos	1.861	2.666	316
Reconhecimento de receitas/ valores acima de 12 meses (b)	1.552	3.012	1.596
Repasse Conglomerado (c)	97	190	365
Regularização saldo portador - VISA	39	968	-
Reversão de provisões	-	200	15
Descontos de antecipação (a)	-	-	1.969
Rendas de Ajustes em Investimentos - Banco Afinz	-	-	1.820
Dividendos	71	401	797
Total	23.959	27.811	6.878

(a) Descontos financiados pelo emissor referentes a deságio quando ocorre a solicitação de antecipação dos recebíveis por parte dos lojistas;
(b) Refere-se a recebimentos de transações de instrumentos de pagamentos pós-pagos ou estornos recorrentes de chargebacks em processos de disputa cujo usuário final encerrou suas atividades;
(c) Receita decorrente sobre o repasse de transações diárias do emissor Sorovale.
21. Outras despesas operacionais

	2022		2021
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas TEM ADM	(1.208)	(1.208)	-
Despesas EPS	(1.144)	(1.335)	-
Perdas Operacionais - Fraudes Externas	(785)	(2.084)	(2.117)
Outras Despesas Operacionais	(48)	(247)	(124)
Provisão para contingências judiciais	(10)	(10)	-
Saldo Portador - Visa	-	(957)	-
FEE Collection - Visa	-	-	(3.430)
Comissões Le Biscuit	-	-	(3.180)
Diversos	(599)	(732)	(392)
Total	(3.794)	(6.573)	(9.243)

22. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:
a) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro

	31/12/2022		31/12/2021	
	Resultado antes do IRPJ e da CSLL e Juros sobre Capital Próprio.	(79.196)	(21.990)	-
Participações de Empregados nos Resultados	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	(79.196)	(21.990)	(79.196)	(21.990)
Adições/(exclusões) ao lucro líquido	71.128	42.905	-	-
Provisão para Contingências	10	-	-	-
Outras provisões temporárias	15.660	310	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	54.476	42.298	-	-
Outras/Permanentes	982	297	-	-
Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL antes comp. prejuízo	(8.068)	20.915	(8.068)	20.915
Compensação de prejuízo fiscal ou base negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL	(8.068)	20.915	(8.068)	20.915
Incentivo PAT	-	0,09	-	-
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas vigentes	-	(7.086)	-	-
Constituição/reversão crédito tributário s/ diferenças temporárias	5.333	110	-	-
Realização e/ou constituição crédito tributário sobre prejuízo fiscal	2.743	-	-	-
Constituição de cred. tributário períodos anteriores	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
Despesa/receita do IRPJ e da CSLL do período	8.076	(6.976)	8.076	(6.976)

b) IRPJ e CSLL diferidos sobre adições e exclusões temporárias e Prejuízo Fiscal: Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, assim como as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos com base nos critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº 4.842/20, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuras para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização

A DIRETORIA Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores
Afinz Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Afinz de Meios de Pagamentos Ltda. e da Sorocred Meios de Pagamentos Ltda)
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Afinz Instituição de Pagamento S.A. (Conglomerado ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Resolução nº 168, de 1º de dezembro de 2021, do Banco Central do Brasil (BCB), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase - Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações financeiras, que foram elaboradas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Revisão do plano de negócio e reforço de capital:** Chamamos atenção para as Notas 30 e 31, que abordam a revisão do plano de negócio e reforço de capital, apresentada pela administração da Instituição ao Banco Central do Brasil, informando sobre os aportes de capital realizados pelos controladores até abril de 2023 e os futuros aportes necessários, a serem viabilizados por meio de captação institucional de recursos de terceiros previstos para o segundo semestre de 2023, para garantir o cumprimento do plano de negócio da Administração, e, inclusive, a manutenção dos requerimentos de capital, o crescimento das operações e a realização dos ativos dos créditos tributários (nota 24) nos prazos estabelecidos e a intangível (nota 12). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras individuais para fins gerais:** A Afinz Instituição de Pagamento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria datado de 8 de maio de 2023, com parágrafo de ênfase sobre a revisão do plano de negócio e reforço de capital, acima mencionada. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168, cujos princípios críticos e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial. Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do consolidado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referentes às informações financeiras das entidades ou às atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
São Paulo, 9 de maio de 2023
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Marcelo Luis Teixeira Santos Contador
CRC 25P000160/0-5 CRC 1PR050377/0-6

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S. Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>

